

O Estado de S. Paulo

11/7/1985

O bóia-fria vai à greve. E surge o acordo

Na medida em que os canaviais passaram a empregar cada vez mais mão-de-obra, o antigo bóia-fria passou a ser cobiçado pelas lideranças sindicais. E surgiram as greves.

Tensão, greve, conflito — negociação: acordo. Até há bem pouco tempo este quadro era aplicado somente aos metalúrgicos do ABC, mas agora o País já conhece uma outra categoria de trabalhadores: os cortadores de cana, os chamados "bóias-frias". Em maio último, mais de 20 municípios paulistas ganharam notoriedade nacional com uma nova greve nos canaviais. A primeira aconteceu em maio de 1984, a segunda em janeiro deste ano.

No Brasil, existem hoje cerca de 3,3 milhões de bóias-frias (segundo o IAA e sete milhões de acordo com a Contag), de 300 mil a 400 mil em São Paulo, a metade na lavoura de cana. Se a valorização do suco de laranja e a conseqüente reivindicação salarial de seus apanhadores têm raízes nas geadas na Flórida, nos Estados Unidos, o novo quadro nos canaviais brasileiros está ligado à força do Proálcool e à exportação de "lideranças" sindicais pelo ABC metalúrgico.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertãozinho, Aloísio Ferreira, Cidão, a causa da greve não é o usineiro, o fornecedor nem o governo: "É a inflação". E acrescentou: "Você trabalha só para gastar. Antigamente, ganhava-se bem na safra, dava até para juntar alguma coisa". Nascido assim, espontaneamente, o movimento dos bóias-frias logo atraiu as várias "lideranças" políticas, sobretudo a CUT, ligada ao PT, que incentiva a greve, e a Conclat, defensora da negociação.

Em termos de custo de mão-de-obra, os fornecedores da matéria-prima não trabalham em bases similares aos usineiros, o que em parte dificulta os entendimentos. Também as autoridades econômicas tabelam os preços da cana, do açúcar e do álcool. Após a retirada dos subsídios, o setor opera com custos financeiros mais elevados. No entanto, no fator trabalho não há nenhum tabelamento, o que fornecedores e usineiros precisam levar em consideração. O movimento grevista reflete, na verdade, a inadequação dos atuais mecanismos de política salarial aplicáveis ao campo, além de outros aspectos referentes ao lado social.

"A solução pode estar na Constituinte", dizia em janeiro o então ministeriável Almir Pazzianotto, para quem os Estados voltariam a legislar sobre o trabalho, especificamente o do campo. O chefe da assessoria jurídica da Copersucar, Márcio Maturano, acha que a solução não pode ser regional "E preciso fixar o homem em suas terras. E isso exige uma política federal." O ressurgimento do movimento sindical rural em Pernambuco começou pela zona canavieira. Outros bóias-frias também fazem suas reivindicações. Em janeiro, trabalhadores rurais em lavouras de arroz e feijão, por exemplo, conseguiram piso de Cr\$ 12 mil de diária.

A greve de janeiro, em Guariba e outras cidades do interior paulista, levou ao primeiro encontro — e primeiro acordo — entre empregados e empregadores. Após 11 horas de conversas, o maior vitorioso foi o secretário das Relações do Trabalho, Almir Pazzianotto, que ficou mais perto do Ministério do Trabalho. Em maio, porém, já titular da pasta, não obteve êxito na tentativa de evitar a greve. Uma semana de paralisação acabou em acordo entre as partes exatamente como a Faesp (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo) havia proposto antes do início do movimento: Cr\$ 5.200 por tonelada cortada de cana 18 meses e Cr\$ 4.960 para a cana de outros cortes; diária de Cr\$ 18 mil nas usinas e de Cr\$ 16.825 entre os fornecedores; reajuste de 50% do INPC em 1º de agosto próximo; e critério de remuneração com base na tonelada convertida em metro, sistema que garante "uma ampla possibilidade de fiscalização", segundo Pazzianotto, que coordenou a negociação.

Quando assumiu a prefeitura de Sertãozinho em 1976, o atual deputado estadual Waldir Trigo (PMDB) alertou que a região era um barril de pólvora. "A convulsão social poderia ser evitada", afirma ao denunciar que a Lei 3.870, de 1965, nunca foi cumprida pelos usineiros. A lei estabelece que 2% do valor de um litro de álcool, 1% de cada saca de açúcar e 1,5% de cada tonelada de cana deveriam ser investidos em educação, saúde, assistência médica e lazer aos trabalhadores da cana.

"Só que essa verba sempre foi desviada — prossegue. Um volume de cerca de 500 milhões de dólares. Somente este ano a verba do Estado de São Paulo seria de 100 milhões de dólares." De acordo com os prefeitos da região, as usinas criaram vários benefícios aos trabalhadores com esse dinheiro: da assistência médica ao lazer, mas apenas no interior da usina e em estrutura reduzida. Eles querem creches nas periferias, área de lazer, casas populares. E mais, como diz prefeito de Guariba, Evandro Vitorino: "Espero que o governo tire esses recursos das usinas e os transfira às prefeituras."